Egídio Viganò

**E MARIA COLOCOU-O NUMA MANJEDOURA**

Atos do Conselho Geral

Ano LXXIV – julho-setembro, 1993

N. 345

**Introdução. – No coração da significatividade salesiana. – Luzes da Palavra de Deus. – As humildes fronteiras do Reino de Cristo. – A radicalidade do dom de si na profissão. – A pobreza de Dom Bosco. – Três intervenções dos Reitores-Mores. – O projeto evangélico da nossa Regra de vida. – Sugestões para um “scrutinium paupertatis”. – Conclusão: a bem-aventurança dos pobres em Maria.**

Roma, 24 de maio de 1993

 *Solenidade de Maria Auxiliadora*

Caros irmãos,

talvez vos admire o título desta carta. Não é por certo um convite a pensar no Natal em julho, mas antes a intenção de retomarmos juntos o tema da “pobreza”. Ele pode ajudar-nos a rever com mais coragem a nossa renovação. A bem pensarmos, é ele um argumento intimamente vinculado ao nosso empenho capitular de educar os jovens na fé. Os irmãos que pediram tratasse esse tema talvez pensassem numa exortação a fazer com que nossas consciências reagissem contra determinados abusos, sem suspeitar a densidade e a riqueza espiritual do argumento.

Vivemos rodeados de um mundo que ama e busca o bem-estar, com modalidades de vida cada vez mais fascinantes e insistentes. Existe o perigo não imaginário de que isso entre em casa, alimen­tando a pouco e pouco uma mentalidade de aburguesamento. Sem negar a possibilidade desse influxo deletério, o motivo que me leva a falar-vos da pobreza está centrado na meditação em profun­didade do mistério de Cristo, do seu Evangelho e do seu Reino, e da peculiar opção evangélica de Dom Bosco. Antes de fixar o olhar em diretrizes ascéticas, procuremos as luzes de uma reflexão que desperte em nós sinceridade e ardor.

Pensemos na pobreza como num “tema gera­dor” da nossa índole própria. Com efeito, “chama­dos a uma vida intensamente evangélica, escolhe­mos seguir ‘o Salvador, que nasceu na pobreza, viveu desprovido de tudo, e morreu despojado na cruz’“. Esta citação do artigo 72 das Constituições é de Dom Bosco na sua Introdução às Regras.[[1]](#footnote-1)

Penso seja estimulante uma reflexão deste tipo para nos renovar no nosso testemunho de vida e de ação e compreender com genuinidade o critério oratoriano,[[2]](#footnote-2) que é para nós parâmetro verdadeiro de discernimento e de renovação em qualquer atividade e presença.

A reflexão ajudará também a nos prepararmos especificamente para os grandes dias de estudo sobre a vida consagrada do Sínodo-94. De mais a mais, o Magistério da Igreja insistiu muitas vezes, depois do Concílio, em propor o tema da pobreza.[[3]](#footnote-3)

No coração da significatividade salesiana

Desde os tempos do Concílio Vaticano II estive­mos a procurar enfoques globais para orientar o processo de renovação. Podemos citar alguns deles, como o “redimensionamento”,[[4]](#footnote-4) “a inserção entre os socialmente pobres”, a “formação permanente” das pessoas, a “elaboração de projetos” nas comunidades, etc. Chegamos, por fim, ao critério abrangente da “significatividade”, que inclui vários aspectos[[5]](#footnote-5) — entre os quais também os anteriormente citados — de forma orgânica e mais compreensiva. Pois bem: a pobreza de que entendemos falar aqui situa-se precisamente no coração dessa significatividade orgânica da nossa vida e das nossas presenças.

Evidentemente é mister que nos entendamos sobre o que significa para nós o termo “pobreza”, que é multíplice e flutuante. No uso corrente, expressa uma visão sociológica. Com ele, de fato, costuma-se indicar um aspecto de carência sobretudo econômica; nesse sentido é também marcado pela relatividade: diferencia-se de uma região a outra ou de um século a outro. Hoje, além do mais, fala-se de “novas pobrezas” para indicar carências que não se referem apenas ao aspecto econômico, p. ex. os refugiados, os imigrados, os marginaliza­dos, os toxicômanos etc. Pode-se dizer que a pobreza está ligada à vida do homem de diferentes maneiras; tem aspectos materiais, mas também psicológicos, morais, sociais e culturais. De toda maneira, há em primeiro lugar a diferença econô­mica entre ricos e pobres, que cresceu muito e põe a descoberto a inadequação de certas estruturas econômicas e comerciais, alheias à moral. A mentalidade consumista promove o egoísmo individual e coletivo. Sente-se a urgência de empenhar-se pelo nascimento de uma nova ordem mundial.

Tudo isso assume, sem dúvida, um relevo concreto, para além de um testemunho ascético por sua incisividade social. É como um “sinal dos tempos” que exige o relançamento da profecia da pobreza evangélica: a Igreja sente-se hoje fortemente empenhada nessa tarefa e a cumpre de maneira constante também com a sua doutrina social.

Como, porém, refletir sobre a pobreza evangé­lica? Se o significado que nos interessa se reduzisse apenas às carências temporais, não seria justificável o intento de apresentar a pobreza como elemento situado no coração da nossa significatividade.

Já na terceira sessão do Vaticano II, na discussão do esquema sobre “a Igreja no mundo de hoje” (que se tornou depois a constituição Gaudium cl Spes), o nosso card. Raul Silva Henriquez — que era então também presidente da Caritas internacional — tinha insistido sobre a profunda diferença entre “pobreza evangélica” (fruto da graça) e “pobreza socio­econômica” (consequência do pecado): a primeira, um grande valor que se deve desenvolver; a segunda, uma desordem que se deve combater mediante um processo de empenho social animado precisamente pelos dinamismos cristãos da pobreza evangélica.

Na Assembleia Geral de Puebla, os bispos latino-americanos, preocupados em oferecer um critério pastoral para a libertação de gravíssimas discrimi­nações sociais, insistiram no significado específico da “pobreza cristã”[[6]](#footnote-6) como alma de uma libertação integral em Cristo: “no mundo de hoje — escre­veram — esta pobreza é um desafio ao materialismo e abre as portas a soluções alternativas da sociedade de consumo”;[[7]](#footnote-7) todos os cristãos deveriam saber que “a pobreza evangélica une a atitude de abertura confiante em Deus com uma vida simples, sóbria e austera que aparta a tentação da cobiça e do orgulho”, ou seja, da idolatria da riqueza.[[8]](#footnote-8)

Em seu significado evangélico, a pobreza não tem apenas uma valência de profundidade espiritual para a pessoa do discípulo de Cristo, mas ainda uma projeção social para evangelizar o atual com­plexo e difícil campo econômico e político; implica nada mais nada menos uma visão própria do mundo a fim de iluminar com o Evangelho os projetos sociais de mudança.

É por isso que dizemos que ela se coloca no coração da significatividade salesiana, critério global da nossa renovação. O Papa Paulo VI escreveu que “o testemunho evangélico da vida religiosa mani­festa claramente, aos olhos dos homens, o primado do amor de Deus com força tal, que por ela havemos de dar graças ao Espírito Santo”.[[9]](#footnote-9)

É uma constatação de quanto já havia expresso o Concílio a respeito da significatividade da vida religiosa dentro da natureza sacramental da Igreja: “A profissão dos conselhos evangélicos se apresenta como um sinal que pode e deve atrair eficazmente todos os membros da Igreja para o cumprimento dedicado dos deveres impostos pela vocação cristã. Como, porém, o Povo de Deus não possui aqui morada permanente, mas busca a futura, o estado religioso, pelo fato de deixar seus membros mais desimpedidos dos cuidados terrenos, manifesta já aqui neste mundo a todos os fiéis a presença dos bens celestes, dá testemunho da nova e eterna vida conquistada pela redenção de Cristo, e prenuncia a ressurreição futura e a glória do Reino celeste”.[[10]](#footnote-10)

Luzes da Palavra de Deus

Sendo assim, não nos deixemos enganar pelo caráter plurivalente do termo pobreza. Houve, a propósito, certa retórica que é necessário evitar para não cair em modas populistas, mais sociológicas do que evangélicas. Sabemos que os bens da terra pertencem à ordem dos meios e não dos fins; são uma expressão do amor do Criador para com o homem: “Deus destinou a terra, com tudo que ela contém, para o uso de todos os homens e povos, de tal modo que os bens criados devem bastar a todos, com equidade, sob as regras da justiça, inseparável da caridade”.[[11]](#footnote-11) Um bem, mesmo quando de propriedade privada, traz em si uma dimensão social que os critérios evangélicos devem saber fazer emergir. Hoje a pers­pectiva cristã da pobreza adquire seu significado concreto sobretudo se confrontada com o dado social e com os comportamentos efetivos em relação aos pobres, oprimidos sobretudo economicamente; isto exige uma revisão também do papel cumprido pelas estruturas.

Lamentavelmente o egoísmo humano introduziu na vida das pessoas e dos povos uma dramática desigualdade, que se manifesta em muitas injustiças e misérias. Torna-se então indispensável reler e aprofundar quanto afirma a Palavra de Deus.

Na Sagrada Escritura, o tema é por demais vasto, rico e complexo. Não é possível nem oportuno fazer aqui uma síntese adequada. Basta recordar o quadro de fundo: Deus está do lado dos pobres e dos necessitados de ajuda. O homem que passa neces­sidade é a medida autêntica do amor cristão; os pobres constituem uma condição privilegiada para orientar as opções dos crentes: “o que fizestes ao menor dos meus irmãos — diz o Senhor — a mim o fizestes”.[[12]](#footnote-12) Considerando este quadro podemos ressaltar dois aspectos bem claros, que iluminam a nossa meditação sobre a posse e o uso dos bens da terra: uma “advertência” e uma “bem-aventurança”.

— A ADVERTÊNCIA: a Palavra de Deus lamenta a desnaturação da solidariedade humana em virtude da cupidez das riquezas. Vamos respigar algumas breves, mas incisivas indicações.

O salmo 48 afirma: “o homem na prosperidade perde o bom senso, é como os animais que perecem”. Quem concentra o coração nas riquezas não compreende mais o sentido da confiança total e exclusiva em Deus; vai se emaranhando sempre vez mais no serviço aos ídolos.

No Evangelho, os ricos são fustigados: “é difícil para um rico entrar no Reino dos céus”;[[13]](#footnote-13) “ai de vós que sois ricos, porque já tendes o vosso consolo”;[[14]](#footnote-14) “deixou os famintos satisfeitos, despe­diu os ricos de mãos vazias”.[[15]](#footnote-15)

Juízos tão severos convidam a refletir: o pequeno óbolo da viúva em comparação com as ofertas dos mais abastados;[[16]](#footnote-16) o convite vocacional para seguir a Jesus, dirigido ao jovem que não o aceitou porque era muito rico;[[17]](#footnote-17) o episódio do precioso frasco de nardo puríssimo derramado sobre os pés de Jesus em Betânia, e a observação de Judas: “podia-se vender esse unguento por trezentas moedas de prata e depois distribuí-las aos pobres!”;[[18]](#footnote-18) observou acertadamente um autor: “Que seria a Igreja se a bolsa do Iscariotes estivesse cheia para os pobres e a casa de Betânia vazia de perfume?”.

Os Apóstolos compreenderam muito bem a mensagem de Jesus. De S. João basta lembrar: “Se alguém tiver bens deste mundo e vir seu irmão passando necessidade e lhe fechar o coração, como poderá dizer ‘eu amo a Deus’?”;[[19]](#footnote-19) de S. Tiago, a afirmação sobre a caducidade: “Cai a flor e desaparece a sua formosura. Da mesma forma perecerá o rico em meio a seus empreendimen­tos”;[[20]](#footnote-20) e de S. Paulo, o famoso hino da caridade: “Ainda que distribuísse todos os meus bens para o sustento dos pobres, e entregasse o meu corpo para ser queimado, se não tiver caridade, isto não me serve de nada”.[[21]](#footnote-21)

Lemos nos Atos dos Apóstolos o episódio dramático de Ananias e Safira, que pode fazer refletir os Religiosos na opção livre de querer colocar em comum todos os seus bens.[[22]](#footnote-22)

Sabemos que os bens da terra são considerados na Escritura como um maravilhoso dom de Deus; seria errado desprezá-los; não se pode prescindir deles como meios para viver e fazer o bem aos outros: é uma bênção saber usá-los bem; a “advertência” é feita ao egoísmo que acumula riquezas fechando o coração e obscurecendo a inteligência: as riquezas soem provocar o eclipse de Deus.

Jesus condena nos ricos a atitude mesquinha de egoísmo e a falta de solidariedade. Não faz, porém, uma discriminação classista; é só lembrar seu relaci­onamento com os publicanos, com Zaqueu, com José de Arimateia, com Nicodemos etc. Quer que se saiba claramente onde a pessoa coloca o próprio tesouro, porque aí estará também seu coração.[[23]](#footnote-23)

O rico e o pobre segundo o Evangelho são julgados afinal pelas atitudes do seu coração. Escreveu um brilhante autor: “Ricos ou pobres, olhai-vos na pobreza como num espelho: porque ela é a imagem da vossa fundamental desilusão: ela conserva na terra o lugar do Paraíso perdido”.[[24]](#footnote-24)

— A BEM-AVENTURANÇA: a Palavra de Deus congratula-se com os que, não possuindo ou não ambicionando riquezas, cultivam no coração valores mais elevados de religiosidade, solidariedade, em­penhos de vida, dom de si aos outros.

Jesus inicia o sermão da montanha dizendo: “Bem-aventurados os pobres em espírito, porque deles é o Reino dos céus”.[[25]](#footnote-25) Liga a condição dos pobres à vinda do Reino para eles, de algo grandioso, pois, que será tudo para eles. A consi­deração do Reino de Cristo e de Deus tem, por isso, uma incisividade determinante para uma correta interpretação da bem-aventurança dos pobres.

Esse Reino — diz o Santo Padre — “não é um conceito, uma doutrina, um programa sujeito a livre elaboração; é, antes do mais, uma pessoa que tem o rosto e o nome de Jesus de Nazaré, imagem do Deus invisível”.[[26]](#footnote-26) Hoje, é fácil ouvir falar de Reino, como se estivesse em contraposição à Igreja, com concep­ções redutivas de tipo antropocêntrico que tendem a apresentá-lo, na prática, como “uma realidade de todo humana e secularizada, na qual o que conta são os programas e as lutas pela libertação socioeconômica, política e também cultural, mas num horizonte fechado ao transcendente”.[[27]](#footnote-27)

O Evangelho nos ensina, é certo, que os socialmente pobres são os preferidos de Deus: é este o grande pressuposto teologal da Encarnação. Deus privilegia a situação concreta de pobreza, mais além de preocupações morais ou de méritos virtuosos: fazendo-se homem, escolheu esta situação; quando nasceu, sua mãe “o colocou numa manjedoura”;[[28]](#footnote-28) e desde essa situação muito humilde dedicou-se a salvar o mundo evangelizando os pobres.

O Reino de Deus, pois, veio e cresce entre os pobres; ninguém que dele deseje participar pode prescindir do interesse pelos pobres e aprender como eles a acolher Cristo.

Contudo, é preciso aprofundar mais. O Reino nasce e cresce entre os pobres, mas não se identifica simplesmente com os socialmente pobres. Infeliz­mente o pecado, que se opõe constitutivamente ao Reino de Deus, também está de fato presente entre eles. O Reino tem sua plenitude em Cristo-pobre e de aí cresce em oposição ao mal, ao mal de cada um e ao mal de todos.

Jesus Cristo não é apenas o profeta do Reino, mas a sua plenitude; n’Ele e mediante a obra da sua Igreja ele se espalha pelo mundo inteiro: com a comunicação do seu Evangelho cresce o Reino de Cristo, que no fim dos tempos será entregue ao Pai como Reino definitivo de Deus. As bem-aventuranças não são tão-somente “o manifesto de Jesus”; devem ser consideradas como uma espécie de sua “autobiografia”; para entendê-las corretamente é preciso olhar para Ele. E assim Jesus-pobre se apresenta não só como o primeiro campo fecundo onde foi semeado e do qual irrompe o amor de Deus, mas também o modelo da atitude profunda do coração pobre com que se recebe e se faz crescer o Evangelho do Reino.

Numa palavra, a bem-aventurança dos pobres se compreende com clareza referindo-a a Jesus Cristo; n’Ele é que recebemos com plenitude a iluminação da Palavra de Deus, n’Ele compreendemos o que vem a ser o Reino que satisfaz os anseios dos evangelicamente pobres.

As humildes fronteiras do Reino de Cristo

As fronteiras do Reino estão colocadas no território dos pobres, de aí estendendo-se a todos. O Concílio lembrou que “o mundo não pode ser transfigurado e oferecido a Deus sem o espírito das Bem-aventuranças”.[[29]](#footnote-29)

A bem-aventurança da pobreza é fermento para toda sociedade verdadeiramente humana e é cha­mada a modificar a ordem econômica materia­lista. Pertence intrinsecamente à opção cristã do batizado e se encontra na base de toda a energia transformadora da humanidade.

Não é, pois, um aspecto secundário que se possa descurar: os pobres de Deus são os protagonistas da expansão do Reino. No coração deles Cristo faz superabundar o amor, para neles fazer crescer não simplesmente uma preocupação ascética de renún­cia, mas sobretudo o amor de solidariedade e uma visão de fé no significado total do mundo, da sociedade e dos bens econômicos, estimulando uma concreta dimensão social da caridade.

Ser evangelicamente pobre, dirigir-se aos soci­almente pobres para lhes dar o Evangelho, orientar a atenção e a solidariedade de todos para os últimos porque mais necessitados, proclamar o mistério de Cristo como fonte segura e eficaz de genuína renovação social, é defender a imagem de Deus esculpida no homem, é combater o materialismo — nas suas várias expressões de desapreço da digni­dade da pessoa — a fim de que a história seja guiada não pelo egoísmo e pelo ódio, mas pela caridade; é convidar a todos para colaborarem na construção da “civilização do amor”, superando as maldades dos abastados e a metodologia da violência.

E tarefa ingente e difícil, iniciada por Cristo e deixada em herança à sua Igreja. Lembremos a primeira pregação de Jesus na sinagoga de sua terra: após abrir o rolo do profeta Isaías, leu e comentou a passagem: “O Espírito do Senhor está sobre mim; por isso me consagrou com o óleo e me mandou anunciar a Boa Nova aos pobres”.[[30]](#footnote-30)

Deus não abençoa a miséria e a desigualdade socio­econômica, que é e permanece um mal, um escândalo. Mas uma consideração atenta, por exemplo, sobre a parábola de Lázaro explica o perigo que advém da riqueza: o abastado que encontra em si mesmo sua segurança não consegue deixar espaço para Deus e para o próximo. É fato indiscutível que Jesus exige dos mais empenhados construtores do seu Reino a renúncia aos bens deste mundo. Simão Pedro e André, chamados pelo Senhor, “imediatamente abandonaram as redes e se puseram a segui-lo”; Tiago e João “deixando Zebedeu, seu pai, na barca com os empregados, o seguiram”;[[31]](#footnote-31) “Ao passar (Jesus) viu Levi, filho de Alfeu, sentado à mesa de cobrador de impostos e lhe disse: ‘Segue-me’. Ele se levantou e se pôs a segui-lo”;[[32]](#footnote-32) e, por fim: “Todo o que dentre vós não renuncia a tudo o que possui, não pode ser meu discípulo”.[[33]](#footnote-33)

Lembremos a profunda reflexão de João Paulo II: “A pobreza entra na estrutura interna da própria graça redentora de Jesus Cristo... A pobreza evangélica descerra aos olhos da alma humana a perspectiva de todo o mistério oculto desde todos os séculos em Deus. A pobreza de Cristo esconde em si essa infinita riqueza de Deus; ou melhor, é uma expressão infalível dessa riqueza. Com efeito, uma riqueza assim, como é a própria divindade, não poderia expressar-se adequadamente em ne­nhum bem criado. Ela pode expressar-se somente na pobreza. Por isso só pode ser compreendida de modo exato pelos pobres, pelos pobres em espírito. Cristo, Homem-Deus, é o primeiro deles: Aquele que ‘sendo rico se fez pobre’, não é apenas o Mestre, mas também o porta-voz e o garante daquela pobreza salvífica que corresponde à infinita riqueza de Deus e ao poder inesgotável da sua graça”.[[34]](#footnote-34)

Assim sendo, quando Jesus exige essa pobreza salvífica nos apóstolos como construtores do Reino não os convida simplesmente a imitar determinado gênero exterior de vida, mas prepara-os para participar na sua mesma maneira de ser no mistério da encarnação, ou seja, nutrir constantemente no coração seus sentimentos de portador do Reino. O coração dos seus discípulos e colaboradores mais empenhados deve manter-se desapegado de manei­ra realista de tudo o que não seja Deus; deve conservar-se “livre”, como o seu, de tantos laços terrenos. Não se pode servir ao mesmo tempo a Deus e à riqueza.[[35]](#footnote-35)

Se a própria natureza de Deus é o amor[[36]](#footnote-36) e se Jesus trouxe esse amor ao homem para que passasse da morte à vida,[[37]](#footnote-37) entende-se logo por que Jesus proclamou a Bem-aventurança da pobreza: quis ressaltar a alegria de ser evangelicamente pobre para poder ter no coração o amor que leva a dar a vida pelos irmãos.[[38]](#footnote-38) Cortar os muitos laços da cobiça das riquezas é uma operação salvífica que liberta o coração dos discípulos do Senhor e o torna generoso e aberto à solidariedade com os outros.

As fronteiras do Reino de Cristo são humildes, mas contêm em si a energia da salvação. Dentro dessas fronteiras pode-se ser pobre de diferentes maneiras, sempre, porém, com o Senhor. É um pensamento que se deve considerar com atenção depois do relançamento da vocação e missão do laicato na Igreja.

Não devemos esquecer que Cristo é também autor da criação, dos bens da terra, da família e da sociedade. Ao encarnar-se, ele não veio mudar as leis inerentes à natureza humana e à criação; escolheu como serviço fundamental da libertação do homem do pecado o caminho do Servo de Javé para a redenção. A sua é uma vocação histórica não alternativa ante os diferentes empenhos humanos (matrimônio, economia, política, cultura, etc.), mas é a luz da sua verdade e a energia para a sua bondade. É certo, infelizmente, que no mundo também atua dramaticamente o mistério do mal; isso, porém, mais que desqualificar a presença na ordem temporal, exige-a com peculiar intensidade, em sintonia com a indispensável missão redentora de Cristo.

Assim como, por exemplo, sua virgindade não impede que os fiéis leigos se casem, mas os orienta a viverem com genuína caridade em família; analogamente, a sua pobreza não afasta os fiéis leigos dos compromissos da ordem temporal, mas os orienta à purificação e ao reto ordenamento do mundo econômico, político e cultural.

Deve-se observar de modo particular que o contexto histórico em que vivemos hoje é construído socio­economicamente sobre opções erradas, que causaram tantas injustiças e aumentam uma distância entre Norte e Sul que ofende a dignidade humana. Tal situação interpela vivamente os cristãos para que saibam proclamar com prioridade a dimen­são profética da pobreza evangélica, ou seja, evidenciar para todos a Bem-aventurança dos pobres centrada, como vimos, no Reino de Cristo e de Deus.

O horizonte deste Reino estimula a superar a pesada imanência do materialismo para favorecer uma transformação moral e cultural que possa modificar a ordem atual.

A missão evangelizadora da Igreja deverá dirigir-se de forma adequada também aos socialmen­te “não-pobres”, se se pretender seriamente o surgimento de uma ordem nova. Assim, apresenta-se como urgente desafio e como objetivo real da nova evangelização a capacidade de influir cristãmente sobre os “não-pobres” (p. ex. nas sociedades do Norte e também em muitas cidades do Sul). A opção pastoral pela Bem-aventurança dos pobres torna-se por isso, de fato, não uma opção de luta de classe contra os “ricos”, mas desafio e urgência por uma evangelização também dos “não-pobres” guiada pela ótica do Reino.

Ora, ao refletir sobre o tipo de pobreza próprio de nós consagrados, devemos ser capazes de perceber a sua singularidade no seguimento de Cristo e a sua função de sinal e estímulo para todos – em todos os países, segundo as condições próprias –[[39]](#footnote-39) devemos saber harmonizá-la, como luz evangélica e estímulo cristão de concretude para os jovens que estamos educando na fé, a fim de que sejam no mundo generosos protagonistas exatamente da vocação laical.

Por conseguinte, pode-se ser pobre segundo o Evangelho de diferentes maneiras; a nossa opção específica de radicalidade religiosa deve aparecer na Igreja como sinal autêntico de Cristo e ser portadora para todos (pobres e não-pobres) da mensagem das Bem-aventuranças.

A radicalidade do dom de si na profissão

Entre os discípulos de Cristo alguns se compro­metem a segui-lo com radicalidade. Vemos assim que a consagração religiosa implica um testemunho todo seu da pobreza.

Vale a pena lembrar aqui que os três conselhos evangélicos professados com os votos não consti­tuem três caminhos paralelos que se somam um ao outro; são antes três aspectos complementares e concretos de um único dom de si a Deus, de um único seguimento de Cristo para testemunhar o seu mistério, de um único compromisso para com a edificação do seu Reino. Cada conselho tem de certo um significado próprio e conteúdo específi­co, entretanto eles definem “juntos” o testemunho do seguimento de Cristo. Há permanente e mútuo intercâmbio entre eles, de modo que se pode aprofundar a radicalidade de cada um deles inclu­indo vitalmente os outros dois. Professar os três conselhos evangélicos quer dizer dar-se a Deus em plenitude, em radicalidade, como se fora um só voto global, um só “sim”, expresso num tríplice aspecto evangélico que abraça a pessoa toda e toda a vida.

A prática salesiana dos conselhos evangélicos tem como centro a obediência de Jesus como Filho enviado à missão do Reino. A obediência na missão dá um toque especial à radicalidade da pobreza e da castidade. Mas, pela mútua circularidade dos três, também a pobreza (e respectivamente a castidade) acrescenta traços peculiares à obediên­cia, antes a toda a missão que se deve desenvolver e à dimensão comunitária da vida.

A pobreza, de modo especial, torna intimamente solícitos para seguir a opção que o próprio Deus fez de ser pobre e de evangelizar os pobres, desata o coração dos laços dos bens terrenos para enchê-lo de amor e proclama ao mundo uma paradoxal profecia de liber­tação desconhecida dos ricos; isto faz compreender em que consiste a originalidade do Reino de Cristo: “Eu sou rei. Para isto nasci. Para isto vim ao mundo: para dar testemunho da verdade. Todo aquele que é da verdade, escuta a minha voz!”.[[40]](#footnote-40)

É o grande paradoxo do Evangelho; todos os reinos do mundo se constroem de outra maneira, com muita riqueza e violência; o de Cristo surge dos pobres e esmagará, no fim, todos os demais: lembremos a famosa e gigantesca estátua do sonho de Nabucodonosor, feita em pedaços pela pedra que se desprendeu da montanha, sem conjuração alguma e sem planejamento de conquistadores poderosos.[[41]](#footnote-41)

Olhar para a vida consagrada do ângulo da pobreza obriga a ser muito concretos na obediência a Deus, a dar dimensão histórica e quotidiana ao gênero de vida das pessoas e das comunidades; a qualificar as presenças, escolher os destinatários, animar uma identidade mais genuína com a missão que se deve realizar. Se do Fundador herdamos uma “experiência de Espírito Santo” ligada de tantas maneiras à pobreza, quer dizer que um exame de consciência sobre nossa maneira de viver o testemunho evangélico da pobreza nos ajudará a melhorar todo o processo de renovação e aprofundar o critério de significatividade com o qual deve ser guiado.

A sociedade atual é ou tende a ser, conforme os lugares e os grupos, uma sociedade de consumo; o bem-estar constitui em geral uma das principais aspirações dos cidadãos. Essa mentalidade cultua determinados ídolos que destronizam o verdadeiro Deus e intensificam um pouco por toda a parte uma vitoriosa mentalidade materialista. Seria deletério que os consagrados dessem qualquer contratestemunho ao povo e aos jovens na posse e no uso dos bens temporais.

Paulo VI lembrou explicitamente que os contem­porâneos questionam os Religiosos com particular insistência justamente neste ponto: “Numa civilização e num mundo marcados por um prodi­gioso movimento de crescimento material, quase indefinido, que espécie de testemunho poderia dar um religioso que se deixasse arrastar por uma busca desenfreada das próprias comodidades e achasse normal conceder-se, sem discernimento nem mode­ração, tudo aquilo que lhe é proposto? Enquanto que para muitos aumentou o perigo de se deixar engodar pela sedutora segurança do possuir, do saber e do poder, o apelo de Deus coloca-vos no vértice da consciência humana; isto é: recordar aos homens que o seu verdadeiro e pleno progresso consiste em responder à sua vocação de ‘participar, como filhos, na vida de Deus vivo, Pai de todos os homens’”.[[42]](#footnote-42)

A consagração salesiana coloca-nos neste âmbito de seguimento radical, enquanto nos convida a ser muito concretos no seu testemunho; mais que de razões, alimenta-se do modelo e das opções do Fundador.

A pobreza de Dom Bosco

“O Senhor nos deu Dom Bosco como pai e mestre. Nós o estudamos e imitamos, admirando nele esplêndida harmonia de natureza e graça”.[[43]](#footnote-43) O Espírito do Senhor teceu toda a sua vida numa urdidura de pobreza real, abraçada com consciência evangélica, amada como um tesouro para a santi­dade e cheia de dinamismo, tendo em vista um especial apostolado em favor dos pobres.

Foi muito claro e original o seu testemunho. Começamos por lembrar as comoventes palavras que lhe dirigiu Mamãe Margarida antes de ele entrar no seminário: “Escuta: eu nasci na pobreza, vivi na pobreza, quero morrer na pobreza. Digo mais: se decidires ser padre secular e por infelici­dade ficares rico, eu não irei fazer-te uma só visita; lembra-te bem disso!”.[[44]](#footnote-44)

As circunstâncias históricas da sua meninice nos Becchi e, depois, sua juventude em Chieri marcaram-no existencialmente e fizeram-no compreender que o Senhor o levava explicitamente a uma opção vocacional inteiramente voltada aos pobres para animação e defesa de sua fé cristã. De fato, a orientação da sua atividade apostólica dirige-se logo à juventude necessitada, e seu tipo de pobreza será sempre acompanhado de extraordinária confiança na Providência para prover com mil iniciati­vas os meios necessários para a sua educação. Uma pobreza, pois, empreendedora, tecida de trabalho indefesso, lançada a iniciativas também grandiosas, mas sempre fiel à Bem-aventurança do Evangelho. Quando a marquesa de Barolo lhe ofereceu um emprego que garantia a sua subsistência, mas o afastava dos jovens pobres, recusou decididamente: “Deus sempre me ajudou e me ajudará também no futuro”.[[45]](#footnote-45)

É preciso dizer que seu estilo de pobreza apostólica se diferencia de outros tipos de pobreza também testemunhados por santos ou em outros institutos religiosos: “Viveu a pobreza como desapego do coração e generoso serviço aos irmãos, com um estilo austero, industrioso e rico de iniciativas”.[[46]](#footnote-46)

A pobreza evangélica pode, como dizíamos, manifestar-se de diversas maneiras. A de Dom Bosco foi uma pobreza evangélica ativa e criativa; unida ao trabalho e ao espírito de iniciativa. Ele se movia, e também se humilhava, na busca dos meios neces­sários a seus projetos de promoção (basta pensar no conteúdo de suas incontáveis cartas e na ousadia de seus empreendimentos), considerava um bem a capacidade de organização; em determinadas atividades, desejava estar na vanguarda do progresso; estava convencido de que para educar os jovens pobres e defender a fé do povo era preciso saber encontrar e usar meios adequados e eficientes; o próprio Papa Leão XIII, embora Dom Bosco já estivesse adiantado em anos, com achaques e também dívidas, chamou-o para confiar-lhe a construção da basílica do Sagrado Coração no Castro Pretório em Roma, justamente porque apreciava nele esse seu tipo de pobreza empreendedora.

Escreveu o P. Rua: “Nosso venerado Pai viveu pobre até o fim de sua vida, e nutria um amor heroico pela pobreza voluntária. Alegrava-se quan­do devia sofrer a carência do necessário. Ficou evidente o seu desapego dos bens da terra, uma vez que, tendo em mãos muito dinheiro, jamais se viu nele a menor preocupação em buscar alguma satisfação temporal. Costumava dizer: para praticar a pobreza é preciso tê-la no coração. E Deus o recompensou largamente pela sua confiança e pela sua pobreza, ao ponto de conseguir empreender obras a que os próprios príncipes não teriam ousado levá-las felizmente a termo”.[[47]](#footnote-47)

Ao fundar a Congregação, Dom Bosco quis que esse tipo de pobreza fosse conservado e praticado pelos seus. Pobreza industriosa, sem desprezo dos bens, antes acompanhada de iniciativa inteligente para colocá-los a serviço da promoção dos mais pobres e nunca para rodear-se de comodidades e quietude. Fundador, de extração humilde e pobre, em tempos de aperturas econômicas e culturais para a grande maioria, quis uma Congregação também ela de cunho popular, com membros dedicados ao trabalho, capazes de sacrifício e renúncias, abertos com magnanimidade a corajosos empreendimentos apostólicos e missionários, teste­munhas de uma pobreza dinâmica, radicada na plena confiança da intervenção da Providência.

Pobreza evangélica um tanto original, mas autêntica e exigente, conquanto diferente, por exemplo, da de S. José Cottolengo.

Ouçamos o nosso Pai na sabedoria de sua linguagem simples e espontaneamente endereçada à vida de todos os dias: “A pobreza é a nossa fortuna, é a bênção de Deus! Antes pedimos ao Senhor que nos mantenha na pobreza voluntária. Jesus Cristo não começou de uma manjedoura? Quem é rico gosta de ficar a descansar, de aí o amor às próprias comodidades e satisfações, e a vida ociosa. O espírito de sacrifício se extingue. Lede a história eclesiástica e encontrareis infinitos exem­plos pelos quais se vê que a abundância dos bens temporais foi sempre a causa da perda de comu­nidades inteiras, as quais, por não terem conservado fielmente seu espírito de pobreza, chegaram ao cúmulo das desgraças. As que, ao invés, se man­tiveram pobres, floresceram maravilhosamente. Quem é pobre pensa em Deus e recorre a Ele, e vos garanto que Deus provê sempre o necessário, o pouco e o muito. Não duvideis: os meios materiais jamais nos faltarão na proporção das nossas neces­sidades e das dos nossos jovens”.[[48]](#footnote-48)

Podemos lembrar ainda sua insistência sobre o lema “trabalho e temperança”, tão bem colocado como reforço do manto no famoso sonho do personagem dos dez diamantes”.[[49]](#footnote-49)

Convém meditarmos, sobretudo, o que nos deixou escrito no seu testamento espiritual: “Nossa Congregação deve sempre gloriar-se do voto de pobreza. Ela tem diante de si um futuro feliz preparado pela Divina Providência, e a sua glória haverá de durar enquanto se observarem fielmente as nossas Regras. Quando começarem entre nós como­didades ou fartura, nossa pia sociedade terá terminado sua carreira. O mundo nos acolherá sempre com prazer enquanto nossas solicitudes se dirigirem aos ‘indígenas1, aos meninos mais pobres, mais periclitantes da sociedade. Essa é para nós a verdadeira riqueza, que ninguém haverá de roubar”.[[50]](#footnote-50)

Três intervenções dos Reitores-Mores

A sociedade salesiana cresceu rapidamente no tem­po, com particular intensidade em alguns momentos históricos e com delicados problemas de renovação no pós-Concílio. Podemos individuar três desses momentos:

– o primeiro momento, no começo do século com o P. Rua;

– o segundo, depois da Primeira Guerra Mundial, durante o reitorado do P. Rinaldi e, depois, do P. Ricaldone, quando se deu uma extraordinária explosão de crescimento;

– e, por fim, a situação do pós-concílio com o P. Ricceri no delicado e trabalhoso período do início do processo de renovação.

Será interessante observar como nesses três momentos, por assim dizer, estratégicos, os suces­sores de Dom Bosco intervieram de forma preocu­pada e com profundidade acerca do tema da pobreza, justamente para garantir a identidade no desenvolver-se da Congregação.

Com o P. Rua passou-se de 773 irmãos a 4.372, de 57 casas a 345, de 10 nações em que se estava presente a 29. Com o P. Ricaldone, continuando o élan iniciado durante o reitorado do P. Rinaldi, os irmãos passaram de 8.954 a 16.364, e as casas de 646 a 1.071. Com o P. Ricceri iniciou-se a difícil empresa da entrada da Congregação na órbita do Vaticano II, mais ainda sob a influência das dificuldades do “68”. Como dizia, os três escreve­ram, uma importante carta circular sobre a pobreza; consideravam-na um tema vital para assegurar, na prática, a vinculação com as origens.

O P. Rua, primeiro sucessor de Dom Bosco (1888-1910), encerrou simbolicamente sua circular no dia 31 de janeiro de 1907, 19 anos após a morte do Fundador. No aniversário do “grande luto”, pensava “que a data memorável acresceria particu­lar eficácia à (sua) palavra, e que não se poderia celebrar melhor o aniversário da morte de Dom Bosco do que revigorando o seu espírito e prometen­do imitar-lhe as virtudes”.[[51]](#footnote-51)

O primeiro sucessor estava convencido de que seu incitamento teria “particular importância para o argumento” tratado. E o confirmará na circular seguinte, ao constatar que muitos irmãos “não con­tentes de ouvir uma ligeira leitura, expressaram o desejo de ter um exemplar dela para lê-lo e meditá-lo a seu bel prazer. E eu me apressei em mandar reeditá-la e enviá-la a cada uma das casas”.[[52]](#footnote-52)

O P. Ricaldone, quarto sucessor de Dom Bosco (1932-1951), preocupara-se em criar uma verda­deira coleção de leituras salesianas; algumas vezes as suas circulares comentavam a Lembrança do ano. Foi assim em 1936 com a Lembrança sobre a pobreza. Quis, também ele de maneira simbólica, terminar seu longo trabalho na humilde casa dos Becchi, “verdadeiro templo da pobreza salesiana”, raiz fecunda da grande árvore da Congregação; à pequena casa afluíram sempre em devota peregri­nação tantos irmãos; com razão pode-se dar-lhe o nome de “Belém salesiana”. Há ali como meditar e como comover-se: “beijando aquelas pobres paredes cada um se sente preso por mais forte amor ao Pai, e todos partem com o propósito de querer ser cada vez mais dignos dele. Estamos convenci­dos, agora mais do que nunca, de que somente calcando as pegadas da sua pobreza, se poderão atingir as metas da sua grandeza e colher os abundantes feixes do seu apostolado”.[[53]](#footnote-53)

E uma “casa-símbolo”, que de certa maneira pode fazer pensar na “manjedoura” de Belém. O P. Ricaldone versa o tema amplamente, seja nos aspectos evangélicos e espirituais seja nos práticos e ascéticos; eles iluminam concretamente nosso voto de pobreza.

O P. Ricceri, sexto sucessor de Dom Bosco (1965-1977), redigiu sua circular “A nossa Pobreza hoje” pouco depois do encerramento do Concílio, quando se iniciavam os grandes compromissos de renovação; escreveu justamente em 1968, ano das muitas contes­tações. Tratava-se de traduzir em prática as orienta­ções do Vaticano II. Somos, escrevia, os “voluntários da pobreza”, “a pobreza nos faz livres”: “A Congre­gação nasceu na pobreza, cresceu com a pobreza, surgiu para os pobres”; “o ateísmo explícito nasceu nos países da opulência”; a pobreza evangélica traz consigo “um desmentido do primado da economia e da capacidade dos bens temporais para satisfazer o coração do homem”. O P. Ricceri insiste vigorosamente no trabalho salesiano, no espírito missionário e no sentido fraterno da solidariedade. Passa em seguida a considerações práticas e a exemplos concretos, con­vidando a não confiar numa retórica de pauperismo muito incoerente no testemunho de vida: “digamos com franqueza: hoje o vírus do bem-estar entra por muitos caminhos em nossas comunidades, a vida se aburguesa e se procuram justificativas que aliás não convencem: e isso também por parte de quem deveria vigiar, intervir e prover. Entretanto o mal se alarga qual mancha de óleo, o nível religioso cai, vai sempre abrindo caminho o comodismo que desagua num laicismo prático”. E acompanha a circular com um esquema de “scrutinium paupertatis” para convidar a um atento exame de consciência sobre a prática do voto.[[54]](#footnote-54)

As exortações do P. Ricceri foram aprofundadas e valorizadas nos trabalhos do histórico Capítulo Geral Especial (1971), com um precioso documen­to em três capítulos, que deu ao processo de renovação orientações profundas e atualizadas, de par com estímulos operacionais bem concretos.[[55]](#footnote-55)

Essas breves referências deveriam criar nos irmãos a vontade de reler documentos tão signifi­cativos, que fazem parte do patrimônio espiritual da vida da Congregação.

Parece-me a mim uma obrigação acrescentar aqui algumas reflexões sobre a carta do P. Rua, que pode ser considerada como uma obra-prima; foi reeditada como homenagem especial pelo P. Ziggiotti, em 1957, no quinquagésimo aniversário da primeira publicação. Ela revela uma solene promessa a Dom Bosco de conservar intacto o espírito das origens. O P. Rua tremia de sua responsabilidade de sucessor. “Para dizer toda a verdade — escreve com o coração nas mãos —, fiz ao nosso bom Pai solenes promessas. Já que me via obrigado a recolher a sua herança e colocar-me à frente da Congregação, que é a maior de suas obras e lhe custou tantas fadigas e sacrifícios, prometi-lhe que nada haveria de poupar para, dentro das minhas possibilidades, conservar intacto o seu espírito, os seus ensinamen­tos e as mais pequeninas tradições da sua família”.[[56]](#footnote-56)

A reflexão sobre a pobreza vinha a ser para ele o padrão prático para medir a fidelidade. Havia-a experimentado por longos anos, desde quando deci­dira ficar com Dom Bosco; chamavam-lhes “tempos heroicos” e era preciso ter uma virtude extraordinária para conservar-se fiéis “e para resistir aos insistentes convites que se faziam para abandoná-lo, e isso pela extrema pobreza em que se vivia”.[[57]](#footnote-57) O P. Rua reconhece que “a prática da pobreza impunha graves sacrifícios, como nós mesmos tantas vezes experimen­tamos. Não nos devemos admirar, pois, de que a pobreza seja sempre o ponto mais importante e ao mesmo tempo mais delicado da vida religiosa, de que seja como a pedra de toque para distinguir uma comunidade florescente de uma relaxada, um religioso zeloso de um negligente. Ela será, é pena, o escolho contra o qual irão chocar-se magnânimos propósitos, tantas vocações que maravilhavam no seu nascer e no seu desenvolvimento”.[[58]](#footnote-58)

Para fundamentar suas reflexões, o P. Rua recorre ao Evangelho do Senhor não só, mas a autorizados testemunhas da fé. Com *S.* Bernardo lembra que “o Filho de Deus, não encontrando no céu a pobreza que é tão abundante na terra — ainda que não apreciada — tanto se enamorou dela que, descendo do céu, quis abraçá-la para nos ensinar quão preciosa ela é”.

Lembra *S.* Francisco de Assis e *S.* Inácio de Loyola; faz meditar as profundas palavras de S*. Tomás de Aquino:* “O primeiro fundamento para chegar à perfeição da caridade é a pobreza voluntária, pela qual se vive sem nada possuir de próprio”.

Propõe o exemplo do “nosso” *S.* Francisco de Sales, que “embora fosse bispo e como tal devesse ter certa dignidade exterior, tinha, todavia, das riquezas um santo terror”, e observava “que os pobres não somente são evangelizados, mas eles próprios evangelizam”.

Lembra que *S.* Ambrósio “chama à pobreza mãe e nutriz da virtude”, e que *S.* Vicente Ferrer, falando da eficácia do apostolado, “assegura que não terá bom êxito o religioso que não coloca debaixo dos pés as coisas terrenas, não pratica a verdadeira pobreza, porque, temeroso de qualquer incômodo, não terá a força de suportar as privações que traz consigo a pobreza no exercício do apostolado”.

E, por fim, com *S.*Afonso de Ligório critica o religioso que, depois de haver feito a profissão, se apega a pequenas coisas; elas “serão como outras tantas pedrinhas que coloca no seu calçado: admira que não possa caminhar na senda da perfeição?”.

Insiste, depois, em aspectos concretos da prática da pobreza, responsabilizando a consciência de cada um e, de modo especial, a dos inspetores e diretores. Pode-se dizer que a carta do P. Rua, a quase um século de distância, conserva toda a sua força e frescor. Continua sempre atual aquele seu desabafo paterno: “não são certamente os Salesia­nos desejosos de levar uma vida cômoda que empreenderão obras verdadeiramente fecundas, que irão em meio aos “indígenas” do Mato Grosso ou à Terra do Fogo, ou se porão a serviço de pobres leprosos. Isso será mérito dos que observarem generosamente a pobreza”.[[59]](#footnote-59)

O projeto evangélico da nossa Regra de vida

Hoje, a sensibilidade em favor dos pobres tornou-se um “sinal dos tempos” que desafia a missão da Igreja e estimula os processos de mudança social. Prescindir dessa sensibilidade seria como marginalizar-se do futuro. Ela constitui um critério especial de atualidade que pertence indissoluvelmente à nova evangelização e vem a ser muito benéfico à renovação da vida religiosa, porque ajuda a rever os estilos de convivência e a qualificar melhor os compromissos apostólicos.

Entretanto, faz-se mister observar que também houve, a respeito, algumas visões distorcidas que poderiam incidir negativamente sobre a identidade da missão salesiana. Por isso é útil conferi-las com uma atenta leitura da Regra de vida. Nela podemos descobrir nossa sensibilidade em favor dos pobres como um elemento constitutivo da significatividade do nosso gênero de vida e das nossas presenças, dentro de um equilíbrio orgânico de todos os valores de identidade. A Regra não é um conjunto de disquisições abstratas, mas a descrição de uma experiência evangélica de vida.

Deve-se sublinhar, em primeiro lugar, que a Regra concentra a nossa atenção em Dom Bosco como “modelo”.[[60]](#footnote-60) É verdade que os tempos mudaram e que existe hoje uma sensibilidade social muito mais desen­volvida do que no século passado, todavia as atitudes, opções de fundo e critérios a serem seguidos permane­cem sempre os do Oratório de Valdocco:[[61]](#footnote-61) como Dom Bosco, também nós contemplamos e imitamos hoje a fé de Maria, sua humildade de vida e sua solicitude pelos pobres;[[62]](#footnote-62) uma opção educativa por eles, com particular delicadeza “materna”.

A Regra nos garante que a natureza e missão da nossa Congregação se reportam ao projeto apostólico do Fundador,[[63]](#footnote-63) com corajosa e diversificada preocupação educativa, sobretudo pelos jovens pobres e pelas classes populares.[[64]](#footnote-64) Nosso trabalho situa-se no próprio coração da Igreja,[[65]](#footnote-65) que hoje convida todos os fiéis a intensificar operativamente um amor preferencial pelos mais necessitados. Por outra parte é este um aspecto de atualidade que nos torna “intimamente solidários com o mundo e com a história”.[[66]](#footnote-66)

As situações dos povos são diferentes nos vários continentes. Nos países do bem-estar, além da urgência de evangelizar os “não-pobres”, revelam-se novas pobrezas alarmantes. Nas nações do Leste europeu há uma situação especial de nova evangelização e uma urgência de renascimento e reestruturação da própria vida religiosa. No Tercei­ro mundo agravou-se a condição da injustiça social com apelos concretos à nossa missão, sobretudo por parte da juventude. Não é possível desenvolver aqui as multíplices exigências de cada situação: o que nos interessa propriamente é encaminhar uma leitura mais empenhada da nossa Regra de vida.

Professamos uma específica forma de vida religiosa no seguimento de Cristo pobre,[[67]](#footnote-67) de maneira que a prática dos conselhos evangélicos seja vivida claramente no espírito das Bem-aventuranças,[[68]](#footnote-68) testemunhado como sinal da força da ressurreição.[[69]](#footnote-69) Este aspecto peculiar é tratado nas Constituições sobretudo nos artigos 72-79; convido-vos a meditá-los novamente para aprofundar pessoal e comunitariamente nossa fidelidade à profissão emitida com sincera generosidade.

Deve-se reconhecer que uma leitura da Regra do ponto de vista da pobreza nos leva aos horizontes concretos da nossa significatividade e da nossa responsabilidade na missão. Limitamo-nos aqui a apresentar, de forma sintética, a relação que existe, na Regra, entre a pobreza evangélica e os elementos fundamentais de todo o nosso projeto de vida.

O precioso Comentário,[[70]](#footnote-70) de 1986, às Constitui­ções renovadas afirma: “Podemos dizer que o plano geral das Constituições se inspira no artigo terceiro, fundamental: a estrutura e a articulação das partes e dos capítulos visaram a poder oferecer uma exposição orgânica que evidencie imediatamente a unidade da nossa vocação”.[[71]](#footnote-71) Pois bem: segundo essa visão, é importante reconhecer que a nossa pobreza evangélica está vitalmente presente em tudo, ainda que não seja evidentemente tudo; ela caracteriza toda a fisionomia salesiana, mas deve harmonizar com vários outros aspectos significativos e envolventes.

O artigo terceiro fala de “consagração”, “mis­são”, “comunidade”, “conselhos evangélicos”. E interessante refletir como em cada um desses elementos se incorpora a pobreza professada.

Antes do mais, ela está intrinsecamente ligada à “consagração”; não se identifica com ela nem, menos ainda, a abrange toda; é antes caracterizada por ela, pois a concretiza na prática mediante uma mútua circularidade. A consagração, com efeito, supõe uma aliança com o Senhor que exige um coração cheio de caridade pastoral: “da mihi animas”. “Prometi a Deus — diz-nos Dom Bosco — que mesmo meu último alento seria para meus pobres jovens”;[[72]](#footnote-72) o Sistema Preventivo é “um amor que se doa gratuitamente, nutrindo-se da caridade de Deus”.[[73]](#footnote-73)

Por outro lado, nossa sensibilidade aos pobres prende-se à vitalidade da consagração; movida antes de tudo por uma convicta preocupação e visão do Reino de Cristo, mas alimentada de fato pelo contato e empenho concreto com os pobres como prediletos de Deus, “sacramento vivo” do Senhor que sofre e tem muitas necessidades: “tinha fome e me destes de comer”. A graça de unidade faz crescer juntos os dois polos de Deus e dos necessitados.

A nossa pobreza está concretamente colocada na “missão”, ainda que não a determine de maneira unívoca e excludente. A missão, com efeito, é de si mais ampla, liga-se intimamente à opção educativa; as Constituições descrevem os vários aspectos que a compõem, de tal forma que ela “dá a toda a nossa existência o seu tom concreto, especifica a tarefa que temos na Igreja e determina o lugar que ocupamos entre as famílias religiosas”.[[74]](#footnote-74)

A experiência de Valdocco nos garante que exatamente a missão entre os jovens mais necessi­tados é que deu seu tom peculiar a todo o carisma, à sua originalidade espiritual e à sua metodologia pedagógica. A dedicação à juventude pobre asse­gura a autenticidade da nossa missão na qual nos tornamos sinais e portadores do amor de Cristo.

A prática da nossa pobreza se encarna na “comunidade”. É, sim, pessoal, mas vivida quotidi­anamente em comunhão fraterna: uma convivência de família que procura exprimir-se na koinonia dos bens. Colocar em comum os bens ajuda muito a construir a comunidade também afetivamente; não existe comunidade religiosa, simples e austera, sem este sinal. Todavia é bom observar que a comunhão fraterna tem também outros valores e aspectos que embelezam a própria pobreza e lhe dão aquela fisionomia de família tão cara a Dom Bosco.

A pobreza, enfim, é evidentemente um dos três “conselhos evangélicos” que, como vimos, concorre juntamente com os outros dois para dar um tom unitário à plenitude e radicalidade do dom de si a Deus totalmente amado e aos jovens carentes aos quais Ele nos envia. É claro, porém, que também os outros dois conselhos apresentam valores e influências específicos diferentes, que da mesma maneira incidem sobre o próprio modo de viver e aplicar a sensibilidade aos pobres com amor casto e em docilidade orgânica com a missão da Congregação.

Referida aos elementos constitutivos do nosso projeto evangélico, a pobreza traz realmente luzes para a organicidade do projeto e evita interpretações distorcidas, ao mesmo tempo que revigora todo o patrimônio da identidade.

Muito embora não constitua a pobreza, em si mesma, o critério único de renovação, todavia situa-se, como dissemos, no coração da significatividade; e é justamente ela que exige, no âmbito da graça de unidade, os outros importantes aspectos da nossa consagração apostólica. Digamos que a considera­ção da pobreza traz, não há dúvida, um valor determinante para a nossa renovação; ainda que por si só insuficiente. A visão de conjunto da Regra descreve, com efeito, a totalidade do carisma de Dom Bosco; ela é documento de identidade de todo o projeto da vida salesiana, com vários outros critérios organicamente conexos que já há anos nos estão encaminhando para o futuro.

Há que considerar outro aspecto, o do artigo 7: sermos solidários com o mundo e com a história. Hoje, com efeito, a sensibilidade aos nossos desti­natários exige uma visão mais concreta das situa­ções humanas de abandono, marginalização e injustiça social. O próprio Senhor nos interpela através delas; tornam-se, pois, da mesma sorte um estímulo de renovação. Encontramo-nos defronte a um critério de discernimento evangélico que torna necessária a revisão das nossas presenças objetivando uma qualidade pastoral mais atual e mais em consonância com as opções do Fundador.[[75]](#footnote-75) Como a missão, com sua opção pela ação educativa, nos compromete num projeto de promoção integral do homem”[[76]](#footnote-76) endereçando-nos também para tantos “não-pobres”, deveremos cuidar mais de nossa competência na Doutrina social da Igreja e saber comunicá-la como elemento indispensável em toda consciência cristã que vive o Evangelho com atualidade. A pobreza religiosa deve alimentar no nosso coração uma espécie de parentesco espiritual com os pobres[[77]](#footnote-77) para oferecer a eles e aos outros aqueles valores educativos que os coloquem à procura de uma libertação integral.

Dom Bosco, já em seu tempo, “viu com clareza o alcance social da sua obra”.[[78]](#footnote-78) Eis por que “participamos, na qualidade de religiosos, do tes­temunho e do compromisso da Igreja para com a justiça e a paz. Conservando-nos independentes de qualquer ideologia e política partidária, recusamos tudo o que favorece a miséria, a injustiça e a violência, e colaboramos com quantos constroem uma sociedade mais digna do homem”.[[79]](#footnote-79)

O CG23 acertadamente indicou entre os pontos-chave da educação na fé “a dimensão social da caridade”,[[80]](#footnote-80) que procuramos aprofundar e atualizar nas duas Lembranças de 1991 e de 1992.[[81]](#footnote-81)

E preciso, pois, reconhecer que a nossa Regra de vida faz emergir o enxerto vital da pobreza religiosa em todo o carisma de Dom Bosco, incidindo fortemente sobre a sua identidade e recebendo dele uma peculiar modalidade de visão do mundo, de estilo de vida e de empenho de ação.

Sugestões para um “scrutinium paupertatis”

Somos convidados pela Regra a fazer periodi­camente uma avaliação do testemunho da nossa prática salesiana da pobreza evangélica,[[82]](#footnote-82) indicando também os aspectos ascéticos que caracterizam cada irmão e cada comunidade. Referem-se a uma práxis de vida; somos convidados a colocá-los em prática, conscientes de assim trilharmos o “caminho que leva ao Amor”.[[83]](#footnote-83)

Ao garantir a fidelidade a uma bem definida profissão religiosa que emitimos livremente e de forma pública e eclesial, a avaliação ilumina e purifica todo um modo de pensar, de elaborar projetos e de agir em confiante dependência de Deus e em feliz solidariedade com os destinatários. Algumas normas práticas, mesmo pequenas, têm valor de sinal; descurá-las pode incidir negativa­mente sobre o todo: “A fidelidade ao compromisso assumido com a profissão religiosa é resposta sempre renovada à aliança especial que o Senhor fez conosco”.[[84]](#footnote-84)

Será conveniente que a avaliação parta da visão global das exigências da pobreza evangélica no nosso carisma, assim como tentamos apresentar nas páginas precedentes. A avaliação deveria ter como objetivo cuidar e promover maior sensibilidade evangélica no nosso processo de renovação. Há na Congregação, por graça de Deus, um sentido concreto da pobreza com exemplos pessoais e comunitários até admiráveis: iniciativas generosas em favor dos jovens pobres, entusiasmo por novos empenhos missionários, relançamento do oratório nos bairros populares mais necessitados, várias presenças para os meninos de rua e para os jovens em perigo, solidariedade com as inspetorias do Leste da Europa e do Terceiro Mundo etc. Porém existem também contínuos perigos que estão a exigir constante e sincera avaliação.

Os principais aspectos da avaliação deveriam ser os seguintes: “desapego evangélico”, “comunhão fraterna”, “testemunho religioso”, “administração dos bens temporais”, “compromisso operacional”. Isso tanto em relação à pessoa de cada irmão quanto ao testemunho de cada comunidade, não apenas em cada casa, mas também na globalidade da inspetoria e de toda a Congregação.

Tentemos sugerir alguns conteúdos.

— O desapego evangélico. Há que verificar se o desapego dos bens provém de uma plenitude de sintonia com o Evangelho. Trata-se, pois, antes do mais, de zelar mais pela interioridade com que se vive a Bem-aventurança dos pobres. Ou seja, cultivar um tipo de escuta da Palavra de Deus e de meditação orante que se centre na opção feita pelo Senhor no mistério da encarnação, da manjedoura à cruz. E o aprofundamento daquela liberdade do coração que procede da consciência de que o egoísmo é a primeira raiz de toda escravidão e injustiça: somente “a verdade vos libertará”, disse o Senhor.[[85]](#footnote-85)

Nós somos “pobres no seguimento de Jesus Cristo”; queremos ser livres como Ele que, pela plenitude do seu amor, é o modelo supremo da verdadeira liberdade: Ele é absolutamente livre porque totalmente pobre. O amor-caridade é que liberta da escravidão das paixões, dos desvios da inteligência e da mesquinhez do egoísmo.

O sentido primeiro e fundamental da verdadeira libertação é esta dimensão soteriológica da liberda­de. O egoísmo e o pecado, com efeito, são sempre fonte de opressão, desordem e idolatria dos bens: induzem a prescindir de Deus levando a um amor desordenado de si e das criaturas. A experi­ência nos ensina que todo materialismo alimenta uma falsa emancipação da liberdade.

Quem não reza nem medita, o irmão que não tem o coração cheio do “da mihi animas”, não compreenderá as Bem-aventuranças.

O Senhor nos deu um mandamento novo de amor ao próximo e de desejo de justiça que se situa para além de toda ideologia e é contrário aos métodos de violência. Isto é muito importante para nós Salesianos, que no compromisso social fizemos, com Dom Bosco, a opção educativa: uma missão evangelizadora e salvífica que na caridade preferen­cial pelos pobres se dedica a comunicar-lhes as verdades do Evangelho; ela para nós deve andar unida a uma concreta promoção humana que, embora reconhecendo a complexidade dos proble­mas, olha para o primado das pessoas sobre as estruturas. Portanto, é bom verificar o tipo de meditação e de oração que alimenta o ardor do “da mihi animas”, fazendo que cresça em nós a atitude consciente e operativa de opção pelos pobres no trabalho educativo.[[86]](#footnote-86)

Dessa atitude deu Dom Bosco contínuo teste­munho, quer com uma confiança filial e quotidiana na Providência, quer com uma vida de “trabalho e temperança”. O art. 18 das Constituições descre­ve as exigências deste aspecto concreto; a interioridade do Salesiano se traduz num operoso e sacrificado modo de viver: “O trabalho e a temperança farão florescer a Congregação; a pro­cura das comodidades e do conforto será, ao contrário, a sua morte. (O Salesiano) aceita as exigências diárias e as renúncias da nossa vida apostólica; está pronto a suportar o calor e o frio, a sede e a fome, as fadigas e o desprezo, sempre que se trate da glória de Deus e da salvação das almas”.

Seu viver é um viver de Providência à maneira de Dom Bosco, porque não aguarda que tudo chova do céu, mas com “zelo” corre-lhe atrás, procurando o necessário para viver e agir, certo de a encontrar se se mantiver “evangelicamente livre”.[[87]](#footnote-87)

– A comunhão fraterna. Nossa pobreza evangélica é um valor importante que ajuda de fato e quotidianamen­te a construir a comunidade. Que bens são postos em comum? A resposta é simples: todos, exceto o patrimônio de família trazido à Congregação ou herdado.[[88]](#footnote-88) A Regra nos diz: “A exemplo dos primeiros cristãos pomos em comum os bens materiais: os frutos do nosso trabalho, os presentes recebidos e o que percebemos por aposen­tadoria, subsídios e seguros. Oferecemos ainda os nossos talentos, nossas energias e experiências”.[[89]](#footnote-89) O colocar em comum os bens regula também o uso dos instrumentos de trabalho, os meios de transporte,[[90]](#footnote-90) os direitos auto­rais;[[91]](#footnote-91) importa o arranjo modesto do próprio quarto para que não se tome o refúgio de um pequeno burguês;[[92]](#footnote-92) refere-se ainda ao saber assumir com fraternidade “os trabalhos e serviços da casa”.[[93]](#footnote-93)

Há, a mais, a solidariedade com as outras casas e com a inspetoria.[[94]](#footnote-94) A solidariedade na Congrega­ção convida todos a prestar ajuda concreta às numerosas obras missionárias e às presenças neces­sitadas do chamado “Dom Bosco-leste”. Vimos exemplos admiráveis a propósito, mas poder-se-ia por certo fazer mais se crescesse em cada casa e inspetoria um sentido renovado de solidariedade. Há tempos fortes no decorrer do ano, como o Advento e a Quaresma, que poderiam estimular a iniciativa de particulares privações e poupanças capazes de aumentar as possibilidades de comu­nhão nos bens temporais.

O Código de Direito Canónico[[95]](#footnote-95) fala também de contribuir, na medida das próprias possibilidades, com alguma coisa dos próprios bens para as necessidades da Igreja e o sustento dos pobres. O verbo é “contribuir”! Portanto, não é o caso de esperar o fim do exercício para ver se sobra alguma coisa, mas já antecipadamente “contribuir”, pondo na previsão de despesas! É um critério que se deve ter presente também na solidariedade salesiana.

E não ficamos apenas na partilha dos bens materiais: “Em clima de confiança mútua e perdão quotidiano, experimenta-se a necessidade e a alegria de tudo compartilhar”;[[96]](#footnote-96) com efeito, “comunicamo-nos alegrias e dores, e partilhamos corresponsavelmente experiências e projetos apostólicos”.[[97]](#footnote-97) O CG21 insistia nessa totalidade de comunhão: “po­breza é plena comunicação de tudo o que se tem, de tudo o que se é e de tudo o que se faz”.[[98]](#footnote-98)

Fecha bem essa lista de dons postos em comum a frase: “Na comunidade o bem de cada um torna-se o bem de todos”.[[99]](#footnote-99) E a comunidade se encarrega de providenciar o que for necessário a cada sócio tanto em tempo de saúde como no de doença.

— O testemunho religioso. A essência da pobreza evangélica está radicada no desapego do coração, mas, para facilitar-lhe a autenticidade e defender-lhe a concretude, a vida religiosa estruturou, ao longo dos séculos, uma variedade de modos de vivê-la na prática. Também a nossa Congregação tem suas modalidades peculiares descritas na Regra de vida.

É um conjunto de normas concretas, mesmo pequenas, que manifestam publicamente (na ordem da “significatividade”) a atitude evangélica do coração: “A sobriedade no alimento e na bebida, simplicidade da roupa (lembrar Const. 62), o uso moderado das férias e divertimentos, abster-se de fumar, como forma de temperança salesiana e testemunho no próprio trabalho educativo”.[[100]](#footnote-100) Ser “educadores consagrados” tem seu estilo salesiano também no decoro específico da roupa, na dignidade da aparência exterior e de determinadas modalidades de convivência.

Trata-se de uma metodologia ascética professa­da explicitamente depois de haver-lhe aceitado as exigências. Hoje, os sinais dos tempos interpelam os Religiosos a respeito da dimensão profética do seu testemunho: também, de modo especial, no campo da pobreza. Os valores evangélicos que vivemos, além de se destinarem ao bem dos destinatários, devem mostrar-se acessíveis a eles, isto é, são destinados a ser para eles “sinais” legíveis. De modo particular “o testemunho da pobreza ajuda os jovens a superar o instinto da posse egoísta”.[[101]](#footnote-101)

Esta nossa práxis é iluminada pelo art. 77 das Constituições: atenção às condições do ambiente em que se vive; vida simples e frugal em moradias modestas; tornar evidente a todos a finalidade de serviço dos meios exigidos pelo nosso trabalho; escolha das atividades e localização das obras que respondam às carências dos necessitados; privilegiar estruturas materiais inspiradas em critérios de simplicidade e funcionalidade.

Há ainda que observar cuidadosamente um princípio de práxis comum a todas as formas de vida religiosa, que é o da dependência administra­tiva: “Com o voto de pobreza — dizem as Constituições — comprometemo-nos a não usar e a não dispor dos bens materiais, sem o consenti­mento do legítimo superior”.[[102]](#footnote-102) É quanto recorda a todos os Religiosos o próprio Código de Direito Canónico: “O conselho evangélico da pobreza, à imitação de Cristo, que sendo rico se fez pobre por nós, além de uma vida pobre na realidade e no espírito, a ser vivida laboriosamente na sobriedade e alheia às riquezas terrenas, implica a dependência e a limitação no uso e na disposição dos bens, de acordo com o direito próprio de cada instituto”.[[103]](#footnote-103) A avaliação deve ser aqui atenta por parte de cada um, e o diretor e o inspetor saberão guiar os irmãos à sinceridade e à observância.

O Código de Direito Canónico especifica: “Qual­quer coisa que o religioso adquire por própria indústria ou em vista do instituto, adquire para o instituto. O que lhe advém por motivo de pensão, subvenção ou seguro, é adquirido pelo instituto, salvo determinação contrária do direito próprio”.[[104]](#footnote-104) Os subterfúgios ou uma dependência camuflada abre o caminho para um gradual declínio no ardor de adesão ao carisma do Fundador.

Convém lembrar que a Igreja hoje permite que o religioso possa viver em cheio o desapego até dos seus bens patrimoniais: “As congregações religiosas podem permitir nas suas constituições que seus membros renunciem aos bens patrimoniais adqui­ridos ou por adquirir”.[[105]](#footnote-105) A nossa Regra acolhe essa indicação e precisa que se pode fazer a renúncia “após séria reflexão”[[106]](#footnote-106) e “após dez anos ao menos desde a profissão perpétua e com o consentimento do Reitor-Mor, segundo as normas prescritas pelas leis civis do próprio país”.[[107]](#footnote-107)

– A administração dos bens temporais. Referimo-nos aqui também ao aspecto estrutural nas casas, nas inspetorias — e na congregação — nas quais deve estar presente todo um tipo de administração, que tem certamente suas próprias leis, mas que é animado e dirigido por um sentido vivo da confi­ança na Providência. A Regra dedica dois capítulos inteiros, um nas Constituições[[108]](#footnote-108) e outro nos Regulamentos Gerais.[[109]](#footnote-109) Neste serviço operam diretamente os ecônomos inspetoriais e locais — e o geral — “sob a direção e controle dos respectivos superiores e conselhos”.[[110]](#footnote-110)

Convém relermos juntos os artigos desses dois textos; eles dão indicações precisas para permanecermos fiéis, também na indispensável organização das estruturas, aos critérios vocacionais da profissão salesiana.

Hoje se torna cada vez mais complexo e delicado o serviço do “ecônomo” — à vista das numerosas leis civis a respeito — que exige uma harmonia não fácil entre competência e virtude e contínua atualização também com reuniões específicas. Mostremos aos irmãos ecônomos que lhes somos gratos pelo precioso serviço que prestam a todos.

Na parte econômica do Diretório inspetorial deveriam constar normas que “estabeleçam para as comunidades da inspetoria um nível de vida modesto e de real igualdade”.[[111]](#footnote-111)

A administração deve regular-se também pelo bom senso de família. Aliás é próprio da nossa tradição salesiana viver a pobreza em espírito de família.

Convém lembrar que os bens imóveis necessários para as “finalidades de serviço” devem ser conser­vados com cuidado recorrendo também a uma manutenção adequada, que faça poupar e manter em funcionamento os instrumentos de trabalho, ao passo que os não necessários serão alienados com prudência.

Quanto aos bens móveis é preciso distinguir entre os petrechos necessários e os supérfluos para saber prescindir destes últimos.

Quanto ao dinheiro, obrigações e semelhantes, é importante ter em conta a proibição de perma­nente capitalização evitando qualquer especulação ou coisas que tais.

Falando aos irmãos do Oratório por ocasião do exercício da boa morte, em dezembro de 1930, o P. Rinaldi lembrava uma conferência de Dom Bosco sobre a pobreza em tons duros e severos quando ao mesmo tempo “as escolas de tipografia preparavam os locais mais grandiosos de Turim para estabelecimentos congêneres”. E comentava: “Não devemos confundir a pobreza interior dos Salesianos e a pobreza pessoal de cada um com as necessidades da Obra salesiana externa, necessida­des que exigem que Dom Bosco esteja sempre na vanguarda do progresso, segundo a expressão por ele usada com o futuro Pio XI”.[[112]](#footnote-112)

— O empenho operacional. Entramos aqui num campo social mais vasto. Antes do mais, deve-se cultivar a sensibilidade apostólica em relação aos pobres, esforçando-nos “em lhes estar ao lado, em aliviar-lhes a indigência, fazendo nossas as suas legítimas aspirações a uma sociedade mais huma­na”. Dom Bosco nos diz: “Lembrai-vos bem que tudo o que temos não é nosso, mas dos pobres; ai de nós se não o usamos bem”.[[113]](#footnote-113)

Há ainda que ativar a significatividade salesiana na revisão e planejamento das presenças. Da parte do inspetor com o seu conselho, urge fazer um gradual e corajoso discernimento para que “a escolha das atividades e a localização das obras respondam às carências dos necessitados”.[[114]](#footnote-114)

Um aspecto muito importante do nosso empe­nho operativo, nesta hora de nova evangelização, refere-se à renovação da nossa missão na educação dos jovens na fé. O atual estado de desigualdade entre ricos e pobres tornou-se fonte de modos diferentes de pensar a renovação da sociedade. Os tempos exigem de nós uma “nova educação”, pela qual saibamos formar os jovens “a tomar consci­ência de seu papel na transformação cristã da vida social”.[[115]](#footnote-115)

Em Puebla, o episcopado latino-americano, como vimos, considera a pobreza cristã como um forte valor evangélico capaz, se compreendido e assumido pelos fiéis, de suscitar alternativas vitoriosas para as interpre­tações de tipo somente economicista que guiaram até agora as forças sociais do mundo. A doutrina da Igreja sobre o significado dos bens materiais e sobre o seu justo uso, segundo a destinação universal querida pelo Criador, tem necessidade de um substrato de formação cristã em todos os fiéis, sobretudo nos jovens. Eis então um empenho operativo sobre o qual refletir em comunidade: como educarmos os jovens para que compreendam a dimensão social da caridade mediante a pobreza evangélica; como os formamos para as responsabilidades morais, profissionais e sociais;[[116]](#footnote-116) como lhes transmitimos a Doutrina Social da Igreja.

Somos chamados a “levar os jovens ao conhecimento adequado da complexa realidade sócio-política”.[[117]](#footnote-117) Além disso, a educação não pode limitar-se ao simples conhecimen­to, mas deve iniciar os jovens em algum tipo concreto de solidariedade, na qual façam experiência do dom de si aos mais necessitados.

Valerá a pena partilhar este empenho operativo com os leigos da Família Salesiana e com os colabo­radores das várias obras, para que assim também eles descubram com mais clareza o significado especí­fico da sua vocação e missão cristã justamente para “impregnar e aperfeiçoar a ordem das realidades temporais com o espírito evangélico”.[[118]](#footnote-118)

A bem-aventurança dos pobres em Maria

Maria, cheia de graça, é, depois de Jesus Cristo, o modelo mais admirável do espírito das Bem-aventuranças. Esteve sempre inundada de alegria no coração, embora tenha muito sofrido: “uma espada lhe transfixará a alma”.[[119]](#footnote-119) Sempre feliz, “bem-aventurada”, porque sempre “pobre”.

Foi ela que em Belém colocou o menino Jesus numa manjedoura. Não se diz que o tenha feito horripilada, nem ela nem José, mas na alegria da maternidade, intensificada pela surpreendente visita dos humildes pastores aos quais o anjo do Senhor, anunciando o grande evento de salvação, tinha dado como sinal: “encontrareis um menino envolvido em faixas e deitado numa manjedoura”.[[120]](#footnote-120)

Levando o menino a Jerusalém para oferecê-lo ao Senhor no templo, portou a oferta sacrifical dos pobres[[121]](#footnote-121) e também aí admirou as manifestações de Deus.

E tudo o que ouvira antes dos pastores e, agora, dos velhos Simeão e Ana, não esquecerá jamais: “conservava todas estas coisas meditando-as no coração”.[[122]](#footnote-122) É uma meditação que lhe não faz passar pela mente sequer a suspeita de que deva mudar em algo seu gênero de vida e seu ambiente de humilde condição social; considerava-os uma opção explícita de Deus; sentia-se encarregada, juntamen­te com José, de fazer Jesus crescer e educar-se na pobreza.

Nazaré era de per si um lugarejo insignifican­te;[[123]](#footnote-123) José sustentava a pequena família com seu ofício de carpinteiro: ele era justo e experimentava com Maria a bem-aventurança dos pobres na esperança do Reino.

A opção feita por Deus na pessoa de Maria e na de José em Nazaré manifesta claramente o caminho que desejava percorrer no seu projeto divino de salvação; com efeito, na encarnação, o Filho “sendo rico, se fez pobre por vossa causa, para vos enriquecer com sua pobreza”.[[124]](#footnote-124)

No momento da máxima pobreza humana de Jesus Cristo, despido e agonizante na cruz, Maria não herda bens temporais, mas a maternidade universal para a salvação do mundo. Assim, sendo a “serva do Senhor”, então crucificado na mais suprema pobreza, torna-se Mãe de todos na novi­dade pascal, da qual participará em plenitude com sua assunção ao céu.

A partir de então, Maria exerceu a maternidade, ao longo dos séculos, privilegiando os pobres; podemos pensar, por exemplo nos últimos tempos, em Guadalupe, Lourdes ou Fátima, onde se ma­nifestou a pobres. E se depois olharmos para o nosso carisma, vemos que Ela foi procurar nos Becchi (“a Belém salesiana”), num lar humilde, o Joãozinho pobre, que crescia e era educado num ambiente levedado pela esperança do Reino.

Maria apareceu antes de Cristo no horizonte da história da salvação; precedeu-o também como profecia de pobreza. Assim continua ainda hoje a preceder e a acompanhar. Seu coração de “pobre de Iahweh” se espelha claramente no seu Magnificat, que rezamos e cantamos muitas vezes com comoção.

Por ocasião do ano mariano (1987-1988), o Papa João Paulo II afirma, na encíclica Redemptoris Mater, que a Igreja em obediência a Cristo percorre esse caminho tomando Maria como modelo: “Seu amor preferencial pelos pobres está gravado admi­ravelmente no Magnificat. O Deus da Aliança, cantado na exultação do seu espírito pela Virgem de Nazaré, é ao mesmo tempo Aquele que ‘depõe do trono os poderosos e exalta os humildes; enche de bens os famintos e aos ricos despede de mãos vazias; dispersa os soberbos e estende sua miseri­córdia sobre aqueles que o temem’. A Igreja, portanto, está consciente de que se deve salvaguar­dar cuidadosamente a importância que ‘os pobres’ e ‘a opção pelos pobres’ têm na palavra de Deus vivo. Trata-se de temas e problemas organicamente conexos com o sentido cristão da liberdade e da libertação. Totalmente dependente de Deus e toda voltada para Ele pelo impulso da sua fé, Maria, ao lado do seu Filho, é o ícone mais perfeito da liberdade e da libertação da humanidade e do cosmo. É para Ela, mãe e modelo, que a Igreja deve olhar a fim de compreender o sentido da própria missão em sua plenitude”.[[125]](#footnote-125)

Vivemos hoje uma hora histórica de mudança epocal, que nos empenha numa Nova Evangeliza­ção; fizemos como Congregação um ato solene de entrega confiante a Maria para que nos acompa­nhasse, como nas origens, qual Mãe e Mestra. Foi Ela que “indicou a Dom Bosco seu campo de ação entre os jovens e constantemente o guiou e susten­tou sobretudo na fundação da nossa Sociedade”.[[126]](#footnote-126) Peçamos-lhe que nos ajude a edificar o Reino de Cristo e a ser eficientes evangelizadores e educado­res nestes tempos novos, testemunhando e comu­nicando aos jovens e às classes populares a grande mensagem da pobreza evangélica.

Por sua intercessão e guia, Dom Bosco educador, pobre e empreendedor, seja sempre o nosso modelo!

Apresento fraternalmente a todos uma cordial saudação.

Com afeto no Senhor,



P. Egídio Viganò

 Reitor-Mor

1. Introdução às Constituições de 1875; cf. Const. e Reg., 1984, p. 221 (ed. italiana). [↑](#footnote-ref-1)
2. Cf. Const. 40. [↑](#footnote-ref-2)
3. Pode ser útil recordar aqui, em nota, alguns documentos mais significativos do Magistério:

- LG, sobretudo o n. 44;

- PC, n. 2, 5 e, sobretudo, 13;

- ES, II, n. 23, 24;

- ET, n. 69;

- EN, n. 69;

- RD, n. 4, 5, 6, 9-10, 12;

- *Religiosos e promoção humana,* da Congregação para a Vida consagrada, n. 4;

- Código de Direito Canônico, c. 600, 640;

- *Elementos essenciais do ensinamento da Igreja sobre a vida religiosa,* da Congregação para a Vida consagrada, cf. III, n. 20;

- *Diretrizes sobre a formação nos Institutos Religiosos,* da Congregação para a Vida consagrada, n. 14; etc. [↑](#footnote-ref-3)
4. CG 19. [↑](#footnote-ref-4)
5. Cf. ACG 340. [↑](#footnote-ref-5)
6. Cf. Puebla 1141-1152. [↑](#footnote-ref-6)
7. Puebla 1152. [↑](#footnote-ref-7)
8. Puebla 1149. [↑](#footnote-ref-8)
9. ET 1. [↑](#footnote-ref-9)
10. LG 44. [↑](#footnote-ref-10)
11. GS 69. [↑](#footnote-ref-11)
12. Mt 25,40. [↑](#footnote-ref-12)
13. Mt 19,23. [↑](#footnote-ref-13)
14. Lc 6,24. [↑](#footnote-ref-14)
15. Lc 1,53. [↑](#footnote-ref-15)
16. Cf. Mc 12,42. [↑](#footnote-ref-16)
17. Cf. Mt 19,22. [↑](#footnote-ref-17)
18. Cf. Jo 12,1ss. [↑](#footnote-ref-18)
19. 1Jo 3,17. [↑](#footnote-ref-19)
20. Tg 1,11. [↑](#footnote-ref-20)
21. 1Cor 13,3. [↑](#footnote-ref-21)
22. Cf. At 5. [↑](#footnote-ref-22)
23. Cf. Lc 12,34. [↑](#footnote-ref-23)
24. BERNANOS, *Diario di un curato di campagna,* Verona 1971, p. 71. [↑](#footnote-ref-24)
25. Mt 5,3. [↑](#footnote-ref-25)
26. *Redemptoris missio* 18. [↑](#footnote-ref-26)
27. Ib. 17. [↑](#footnote-ref-27)
28. Lc 2,7. [↑](#footnote-ref-28)
29. LG 31. [↑](#footnote-ref-29)
30. Lc 4,18. [↑](#footnote-ref-30)
31. Mc 1,16-20. [↑](#footnote-ref-31)
32. Mc 2,14. [↑](#footnote-ref-32)
33. Lc 14,33. [↑](#footnote-ref-33)
34. RD 12. [↑](#footnote-ref-34)
35. Cf. Lc 16,13. [↑](#footnote-ref-35)
36. Cf. 1Jo 4,8-16. [↑](#footnote-ref-36)
37. Cf. 1Jo 3,14. [↑](#footnote-ref-37)
38. Cf. 1Jo 3,16. [↑](#footnote-ref-38)
39. Cf. LG 44. [↑](#footnote-ref-39)
40. Jo 18,37. [↑](#footnote-ref-40)
41. Cf. Dn 2. [↑](#footnote-ref-41)
42. ET 19. [↑](#footnote-ref-42)
43. Const. 21. [↑](#footnote-ref-43)
44. MB I, 296. [↑](#footnote-ref-44)
45. *Memorie dell’Oratorio,* LAS, Roma 1991, p. 132. [↑](#footnote-ref-45)
46. Const. 73. [↑](#footnote-ref-46)
47. RUA, *Lettere circolari di Don Michele Rua ai Salesiani,* Ed. Dir. Gen. Opere Salesiane, Turim 1965, p. 435. [↑](#footnote-ref-47)
48. MB VI, 328-329. [↑](#footnote-ref-48)
49. Cf. ACS 300, p. 3-37. [↑](#footnote-ref-49)
50. Const. e Reg. p. 297 (edição de 2015); Cf. MB XVII, 272. [↑](#footnote-ref-50)
51. RUA, *Lettere circolari,* o.c., p. 430. [↑](#footnote-ref-51)
52. Ib., p. 449. [↑](#footnote-ref-52)
53. RICALDONE, *I voti,* LDC 1952, vol. I, p. 202. [↑](#footnote-ref-53)
54. Cf. ACS 253, p. 3-62. [↑](#footnote-ref-54)
55. Cf. CGE, Doc. 11: *A pobreza Salesiana hoje,* n. 577-623. [↑](#footnote-ref-55)
56. RUA, *Lettere circolari,* o.c., p. 431. [↑](#footnote-ref-56)
57. Ib. p. 445. [↑](#footnote-ref-57)
58. Ib. p. 432. [↑](#footnote-ref-58)
59. RUA, *Lettere circolari,* o.c. p. 438. [↑](#footnote-ref-59)
60. Cf. Const. 21. [↑](#footnote-ref-60)
61. Cf. Const. 40. [↑](#footnote-ref-61)
62. Cf. Const. 92. [↑](#footnote-ref-62)
63. Cf. Const. 2. [↑](#footnote-ref-63)
64. Cf. Const. 24, 33, 41. [↑](#footnote-ref-64)
65. Cf. Const. 6. [↑](#footnote-ref-65)
66. Cf. Const. 7. [↑](#footnote-ref-66)
67. Cf. Const. 60. [↑](#footnote-ref-67)
68. Cf. Const. 62. [↑](#footnote-ref-68)
69. Cf. Const. 63. [↑](#footnote-ref-69)
70. *O Projeto de vida dos Salesianos de Dom Bosco* [EDEBE, Brasília 2015]. [↑](#footnote-ref-70)
71. o.c. p. 63 [da edição italiana de 1986] [↑](#footnote-ref-71)
72. Cf. Const. 1. [↑](#footnote-ref-72)
73. Cf. Const. 20. [↑](#footnote-ref-73)
74. Const. 3. [↑](#footnote-ref-74)
75. Cf. Const. 77. [↑](#footnote-ref-75)
76. Cf. Const. 31 e 32. [↑](#footnote-ref-76)
77. Cf. Const. 78 e 79. [↑](#footnote-ref-77)
78. Cf. Const. 33; cf. também art. 73. [↑](#footnote-ref-78)
79. Const. 33. [↑](#footnote-ref-79)
80. Cf. CG23 203-214. [↑](#footnote-ref-80)
81. Cf. Comentário do Reitor-Mor: 1991, *A Nova Evangelização empenho a aprofundar e testemunhar a dimensão social da caridade;* 1992: *A Doutrina Social da Igreja é instrumento necessário de educação.* [↑](#footnote-ref-81)
82. Cf. Reg. 65. [↑](#footnote-ref-82)
83. Const 196. [↑](#footnote-ref-83)
84. Const. 195. [↑](#footnote-ref-84)
85. Jo 8,32. [↑](#footnote-ref-85)
86. Um documento que pode servir para aprofundar esta reflexão é a instrução *Libertatis conscientia* da Congregação para a Doutrina da Fé, de 22 de março de 1986. [↑](#footnote-ref-86)
87. Const. 79. [↑](#footnote-ref-87)
88. Const. 74. [↑](#footnote-ref-88)
89. Const. 76. [↑](#footnote-ref-89)
90. Reg. 63. [↑](#footnote-ref-90)
91. Reg. 57. [↑](#footnote-ref-91)
92. Reg. 55. [↑](#footnote-ref-92)
93. Reg. 64. [↑](#footnote-ref-93)
94. Reg. 58. [↑](#footnote-ref-94)
95. Can. 640. [↑](#footnote-ref-95)
96. Const. 16. [↑](#footnote-ref-96)
97. Const. 51. [↑](#footnote-ref-97)
98. CG21 40. [↑](#footnote-ref-98)
99. Const. 76. [↑](#footnote-ref-99)
100. Const. 73. [↑](#footnote-ref-100)
101. Const. 73. [↑](#footnote-ref-101)
102. Const. 74. [↑](#footnote-ref-102)
103. Can. 600. [↑](#footnote-ref-103)
104. Can. 668 § 3; cf. Const. 76. [↑](#footnote-ref-104)
105. PC 13. [↑](#footnote-ref-105)
106. Const. 74. [↑](#footnote-ref-106)
107. Reg. 53. [↑](#footnote-ref-107)
108. Const. cap. 14. [↑](#footnote-ref-108)
109. Reg. cap. 13. [↑](#footnote-ref-109)
110. Const. 190. [↑](#footnote-ref-110)
111. Reg. 58. [↑](#footnote-ref-111)
112. Cf. MB XIV, 549-550. [↑](#footnote-ref-112)
113. Const. 79. [↑](#footnote-ref-113)
114. Const. 77. [↑](#footnote-ref-114)
115. Const. 27. [↑](#footnote-ref-115)
116. Cf. Const. 33. [↑](#footnote-ref-116)
117. CG23 210. [↑](#footnote-ref-117)
118. AA 5 e 7. [↑](#footnote-ref-118)
119. Lc 2,35. [↑](#footnote-ref-119)
120. Lc 12,12. [↑](#footnote-ref-120)
121. Segundo Lc 12,8. [↑](#footnote-ref-121)
122. Lc 2,19. [↑](#footnote-ref-122)
123. Cf. Jo 1,46. [↑](#footnote-ref-123)
124. 2Cor 8,9. [↑](#footnote-ref-124)
125. RM, 37. [↑](#footnote-ref-125)
126. Const. 8. [↑](#footnote-ref-126)